I CONGRESSO CRIM/UFMG

INTERSECCIONALIDADE E FEMINISMOS

I61
Interseccionalidade e Feminismos [Recurso eletrônico on-line] I Congresso CRIM/UFMG: UFMG – Belo Horizonte;

Organizadores: Luiza Martins Santos, Mariana Karla de Faria e Raíssa Emmerich Santana - Belo Horizonte: UFMG, 2021.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5648-362-7
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Gênero, feminismos e violência.
1. Gênero. 2. Feminismo. 3. Interseccionalidade. I. I Congresso CRIM/UFMG (1:2021: Belo Horizonte, MG).

CDU: 34

I CONGRESSO CRIM/UFMG

INTERSECCIONALIDADE E FEMINISMOS

Apresentação

O CRIM/UFMG é um Programa de extensão universitária da UFMG sobre violência de gênero, proveniente do Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão em Crimes Contra a Mulher criado em 2019 por um grupo de estudantes universitárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que perceberam a necessidade de ampliar o espaço de debates, denúncias e enfrentamento da violência de gênero dentro da instituição.

O objetivo do Programa é trazer para o grande público questões relevantes referentes ao combate à violência de gênero de forma didática e acessível, de modo a contribuir em diferentes perspectivas, a partir da atuação estudantil em frentes com Profissionais de Saúde, Educação, Infância e Juventude bem como na abordagem de acolhimento de migrantes e refugiadas. Dessa forma, entende-se a necessidade de se desenvolver atividades – que não se limitem ao espaço acadêmico - por meio da criação grupos de estudos, eventos, campanhas de conscientização sobre o tema, além de ministrar oficinas, cursos e capacitação que abordem os diversos tipos de violências de gênero numa perspectiva de promoção da igualdade de gênero. Nesse sentido, o Programa, a partir de uma construção coletiva, busca romper com a cisão criada em uma sociedade desigual e assim, colocar como sujeitos políticos grupos historicamente marginalizados.

Nessa perspectiva, o I Congresso CRIM / UFMG - Gênero, Feminismos e Violência pretende incentivar o debate sobre os progressos e desafios em relação à temática gênero, considerando a integralidade da vivência do ser mulher em uma sociedade machista, cisgênera, heteronormativa, com claros atravessamentos de classe e raça.

O GT 1 - Interseccionalidade e Feminismos acolheu artigos que se desenvolveram a partir de uma perspectiva interseccional e da compreensão de como as discriminações de gênero se interligam com questões relacionadas à sexualidade, raça e classe. Temas que abordem as questões de gênero articulados com a divisão sexual do trabalho; a reconfiguração das práticas sociais e das relações trabalhistas decorrentes do capitalismo; os diversos processos culturais e identitários formativos relacionados à raça e sexualidade, sob perspectivas interdisciplinares. Foram propostas discussões sobre as diferentes estratégias de lutas por reconhecimento e direitos de movimentos democráticos contemporâneos, a partir de uma fundamentação teórica feminista que busca evidenciar a coexistência de mais de um sistema de opressão em relação às mulheres e outros agentes sociais.

FEMINISMO E DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE DOS DESDOBRAMENTOS DAS CRÍTICAS FEMINISTAS AO ATUAL MODELO SOCIAL DE DEFICIÊNCIA

FEMINISM AND DISABILITY: AN ANALYSIS OF THE UNFOLDINGS OF FEMINIST CRITIQUES TO CURRENT SOCIAL MODEL OF DISABILITY

Flávia Albaine Farias da Costa [1]

Resumo

O objetivo deste estudo é o de analisar os desdobramentos das críticas trazidas pelos estudos feministas sobre deficiência acerca do atual modelo social de deficiência no que tange à interseccionalidade entre gênero e deficiência, bem como refletir sobre as ressonâncias obtidas com as vozes dadas para as mulheres sem deficiência, cuidadoras de pessoas com deficiência, cujas experiências devem ser consideradas nos debates sobre justiça e deficiência. Para tanto, o embasamento teórico centra-se na compreensão e explicação dinâmica das relações sociais analisadas, considerando o conceito de interseccionalidade enquanto ferramenta analítica, discutindo, entre outras, questões referentes à corporeidade, sexualidade, cuidado e interdependência.

Palavras-chave: Deficiência, Feminismo, Interseccionalidade

Abstract/Resumen/Résumé

The purpose of this study is to analyze the unfoldings from the criticisms brought by feminists on disability about the current social model of disability regarding the intersectionality between gender and disability, as well as reflecting on the resonances obtained with the voices given to women without disabilities, caregivers of people with disabilities, whose experiences should be considered in debates on justice and disability. Therefore, the theoretical foundation focuses on the understanding and dynamic explanation of the analyzed social relations, considering the concept of intersectionality as an analytical tool, discussing, among others, issues related to corporeality, sexuality, care and interdependence.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Disability, Feminism, Intersectionality

[1] Defensora Pública do Estado de RO. Mestre pela Universidade Federal de RO. Fundadora e Coordenadora do Projeto Juntos pela Inclusão Social em prol da pessoa com deficiência.

INTRODUÇÃO

O modelo social é o modelo de abordagem da deficiência que está em vigor na atualidade, tanto no âmbito interno (por meio do Estatuto da Pessoa com Deficiência) como em âmbito internacional (por meio da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência incorporada pelo Brasil com status constitucional). Ele surgiu no final da década de 60 e início da década de 70, em substituição ao modelo médico de deficiência. O modelo social foca no impacto de barreiras sociais e ambientais, atitudes discriminatórias e estereótipos culturais negativos que enxergam as pessoas com deficiência como inválidas, abrindo uma nova frente na área dos direitos civis e na legislação antidiscriminatória (PALACIOS, 2008).

Desta forma, a deficiência passa a ser vista como a resultante da interação entre as características individuais do sujeito mais as barreiras existentes na sociedade que ele está inserido e que atrapalham ou impedem o gozo de seus direitos e deveres de forma plena. Ainda que o indivíduo tenha alguma limitação corporal, mental ou sensorial, se ele estiver em uma sociedade devidamente ajustada para incorporar a diversidade, então não há que se falar em deficiência (MADRUGA, 2016).

Portanto, as causas que originam a deficiência não são religiosas e nem científicas (como outrora foram utilizadas, respectivamente, pelo modelo da prescindência e pelo modelo médico), mas preponderantemente sociais. Ou seja, a raiz do problema não está nas limitações individuais do ser humano, e sim nas limitações da própria sociedade que não consegue prestar serviços apropriados e garantir que as necessidades das pessoas com deficiência sejam levadas em consideração dentro da organização social (PALACIOS, 2008).

Entretanto, apesar das grandes contribuições que o modelo social de deficiência trouxe sobre a importância da sociedade se tornar a principal protagonista no combate ao capacitismo e, consequentemente, na superação das barreiras sociais, ele não está imune de críticas. E uma das maiores críticas ao modelo social tem sido feita pelos estudos feministas sobre deficiência, o que dá ensejo à chamada Segunda Geração do Modelo Social de Deficiência. As teóricas feministas criticam a Primeira Geração do Modelo Social, entendendo que a mesma procurou garantir a inclusão de homens com deficiência produtivos na vida laboral através de uma lógica capitalista que objetivava a transformação de corpos com deficiência em corpos produtivos, esquecendo-se dos limites do corpo em troca de um projeto de independência (os primeiros teóricos do modelo social eram, em sua maioria, homens com lesão medular). Entretanto, não se aprofundou em estruturas morais mais

profundas que levam em consideração a diversidade de experiências da deficiência, eis que nem todas as pessoas com deficiência são capazes de experimentar a independência como proposto pelos teóricos da Primeira Geração do Modelo Social (DINIZ, 2010).

As teóricas feministas trouxeram pautas esquecidas pelo modelo social de deficiência em sua versão original. Com o argumento de que todas as pessoas são dependentes em algum momento da vida – seja na infância, na velhice ou na experiência de doenças – algumas feministas trouxeram a ideia de igualdade pela interdependência como sendo a mais adequada para a reflexão sobre questões de justiça envolvendo a deficiência. Ademais, era preciso analisar a subjetividade do corpo lesado através da experiência da dor, ou seja, a discussão não é apenas sobre ter ou não deficiência, mas também sobre o que significa viver em um corpo doente ou lesado (DINIZ, 2010).

As críticas feministas também deram voz às mulheres sem deficiência, mas que reclamavam uma autoridade: as cuidadoras de pessoas com deficiência, eis que o vínculo estabelecido entre pessoas com deficiência e suas cuidadoras nem sempre é temporário, pois há pessoas que necessitam do cuidado como condição de sobrevivência, razão pela qual as cuidadoras de pessoas com deficiência seriam vozes legítimas nos estudos sobre a temática. (DINIZ, 2010).

Por fim, para além da experiência da opressão do corpo com deficiência, era necessário considerar, através da interseccionalidade, uma divergência de outras variáveis de desigualdade, tais como raça, gênero, orientação sexual, idade e outros. Para as teóricas feministas da segunda geração, aqueles primeiros teóricos do modelo social eram membros da elite de pessoas com deficiência, e suas análises reproduziam a sua inserção de gênero e classe dentro da sociedade (GOMES, 2019).

OBJETIVOS

A construção da pessoa na experiência da deficiência não é homogênea, e as narrativas dos sujeitos sobre as experiências de deficiência vão variar conforme diversos fatores, dentre eles, o gênero (MELLO, 2014). Desta forma, a presente pesquisa objetiva fazer uma análise dos desdobramentos das críticas trazidas pelos estudos feministas sobre deficiência acerca do atual modelo social de deficiência no que tange à interseccionalidade entre gênero e deficiência.

Além das análises das repercussões do estudo da deficiência sob o viés da interseccionalidade com o gênero, a pesquisa também objetiva refletir sobre as ressonâncias

obtidas com as vozes dadas para as mulheres sem deficiência, porém cuidadoras de pessoas com deficiência, cujas experiências devem ser consideradas nos debates sobre justiça e deficiência.

A importância da pesquisa se justifica pelo fato de que, a experiência da deficiência, quando analisada em conjunto com outros fatores – tais como o gênero – traz à tona outras formas de violência no que diz respeito às mulheres com deficiência, permitindo, assim, o estudo de formas mais efetivas de combate a tais violências.

METODOLOGIA

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, centrando-se na compreensão e explicação dinâmica das relações sociais analisadas. Para tal, utilizará de procedimento bibliográfico e documental, por meio da análise da bibliografia selecionada.

O conceito de interseccionalidade utilizado na pesquisa será o conceito de interseccionalidade enquanto ferramenta analítica baseada nos estudos de Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge, que abordam os principais eixos das divisões sociais em um determinado momento não como entidades discretas e mutuamente exclusivas, mas sim como entidades que trabalham juntas e se constroem umas nas outras (COLLINS, BILGE, 2020).

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Na atualidade, muitos dos estudos recentes sobre deficiências têm-se reinventado. Isso ocorre principalmente porque muitos pesquisadores de estudos sobre deficiência simplesmente não conhecem a teoria feminista ou a história institucional dos estudos da mulher. Com muita frequência, os pronunciamentos nos estudos sobre deficiência acerca do que é preciso começar a abordar são precisamente questões com as quais a teoria feminista vem lutando há anos. Isso não quer dizer que a teoria feminista possa ser transferida totalmente e intacta para o estudo de pesquisas sobre deficiência, mas é sugerir que a teoria feminista possa oferecer ideias, métodos e perspectivas significativas que aprofundariam os estudos sobre deficiência. Por outro lado, as teorias feministas com muita frequência não reconhecem a deficiência em seus discursos de identidades que infletem a categoria de mulher (GARLAND-THOMSON, 2002).

Os estudos sobre deficiência podem se beneficiar da teoria feminista e a teoria feminista pode se beneficiar dos estudos sobre deficiência. Os estudos sobre feminismo e

deficiência são projetos acadêmicos comparativos e concorrentes. Assim como o feminismo expandiu o léxico do que se imagina feminino, procurou entender e destigmatizar o que se chama de posição de sujeito da mulher, os estudos sobre deficiência examinaram a identidade das pessoas com deficiência a serviço de incluir mais plenamente as pessoas com deficiência na sociedade. Como tal, ambas são insurgências que estão se institucionalizando, sustentando investigações fora e dentro da academia. Uma teoria feminista da deficiência baseia-se nos pontos fortes de ambos (GARLAND-THOMSON, 2002).

Os estudos feministas sobre deficiência chamam atenção para as opressões sofridas pelo patriarcado, pela heterossexualidade compulsória e pela corponormatividade compulsória, fazendo com que a Teoria Queer reflita nos estudos sobre deficiência e contribua para o surgimento da Teoria Crip, cuja máxima se sustenta em uma crítica à estrutura social pouco sensível à diversidade corporal. A Teoria Queer denuncia a heterossexualidade compulsória sobre a qual se assenta a sociabilidade, oferecendo visibilidade para constituições não hegemônicas sobre gênero e sexualidade. Já a Teoria Crip prova fissuras na Teoria Queer para que essa passe a incorporar também a deficiência e passe a questionar a corponormatividade (MARAFON; PILUSO, 2020).

As narrativas de mulheres com deficiência acerca de suas trajetórias e vivências em situações de violência em decorrências de opressões marcadas pelo sexismo e pelo capacitismo carecem de maiores estudos antropológicos (PORTO; DINIZ, 2006). Como consequência, as respostas apresentadas para o problema da violência contra mulheres com deficiência são mais reduzidas se comparadas às violências sofridas por mulheres sem deficiência, exatamente por exigirem uma conscientização que envolva uma abordagem que considere simultaneamente o gênero, a deficiência e a violência (MELLO, 2014).

As mulheres com deficiência não tiveram, por muito tempo, uma participação expressiva no movimento feminista no Brasil, e assim ainda é na atualidade. Em que pese tais obstáculos, desde 2011 têm havido mais surgimentos de coletivos e associações de mulheres com deficiência no campo dos movimentos sociais e do associativismo no Brasil. Entretanto, o número de coletivos e associações que têm conseguido criar uma identidade política coletiva entre mulheres com diferentes tipos de deficiência ainda é ínfimo, razão pela qual ainda há muita dificuldade em articular a deficiência à consciência feminista. Para que tal avanço ocorra, é necessário que haja mais formação política em estudos básicos sobre feminismo e deficiência, com a incorporação do princípio da transversalidade que considera um enfoque múltiplo da discriminação (MELLO, 2020).

Já no que tange ao lugar de fala concedido para mulheres cuidadoras de pessoas com deficiência, é importante destacar que, até hoje, a demanda por uma política pública do cuidado desalinhada dos interesses do capitalismo continua sem ser tratada por leis e sob responsabilidade majoritária das mulheres, mormente se o cuidado não é remunerado. O cuidado ainda é visto, equivocadamente, como uma tarefa das mulheres e do âmbito privado, pouco contemplado nas esferas de políticas e práticas públicas. A desvalorização do cuidado é consequência de uma estrutura patriarcal que o atribui como uma função exclusivamente feminina, e que desqualifica os afazeres das mulheres cuidadoras, que são vistas como ocupantes de um lugar de subalternidade. Portanto, há uma complexa interação entre capitalismo, patriarcado e capacitismo (LUIZ e COSTA, 2020).

CONCLUSÃO

Uma abordagem feminista da deficiência é capaz de promover entendimentos complexos da história cultural do corpo, pois vai além de tópicos explícitos sobre deficiências, como doenças, saúde, beleza, genética, eugenia, envelhecimento, tecnologias reprodutivas, próteses e questões de acesso. A teoria feminista da deficiência aborda preocupações feministas mais amplas, como a unidade da categoria mulher, o status do corpo vivido, a política da aparência, a medicalização do corpo, o privilégio da normalidade, o multiculturalismo, a sexualidade, a construção social da identidade e o compromisso com a integração (GARLAND-THOMSON, 2012).

Desta forma, o feminismo é um caminho irrevogável e em construção para o movimento de mulheres com deficiência, pois as mulheres com deficiência não são apenas a condição da deficiência, eis que trazem consigo outros marcadores sociais e atravessamentos (LUIZ e COSTA, 2020).

Os desdobramentos dos estudos feministas sobre deficiência expostos acima são os que foram analisados até o presente momento. Há outros que ainda estão em fase de investigação.

REFERÊNCIAS

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Intersectionality**. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2020.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** 2010. Disponível em http://www.museusacessiveis.com.br/arquivosDown/20190204153017_o_que_c%C2%A9_deficic%C2%AAncia_-_dc%C2%A9bora_diniz.pdf. Acesso em: 24 jun. 2021.

GARLAND-THOMSON, R. **Integrating Disability, Transforming Feminist Theory**. NWSA Journal. v. 14, n. 3, Estados Unidos: The Johns Hopkins University Press, pp. 1-32, 2002. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/4316922?origin=JSTOR-pdf. Acesso em: 19 jun. 2021.

GARLAND-THOMSON, R. The Case for Conserving Disability. **Journal of Bioethical Inquiry.** v. 9, pp. 339–355, Netherlands: Springer Netherlands, 2012. DOI 10.1007/s11673-012-9380-0. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233770307_The_Case_for_Conserving_Disability. Acesso em: 19 jun. 2021.

GOMES, R. B.; et al. **Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência.** Revista Estudos Feministas. [online]. v. 27, n. 1, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n148155. Acesso em: 24 jun. 2021.

LUIZ, K. G.; COSTA, L. M. de L. Feminismo e deficiência: um caminho em construção. In: CONSTANTINO, C.; et al. (Orgs.) Mulheres com Deficiência: Garantia de Direitos para Exercício da Cidadania. **Coletivo Feminista Helen Keller**, pp. 36-43, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1sS_5cg5sL0ONs2qtDIk4v8sNgCcUprg7/view. Acesso em: 15 jun. 2021.

MADRUGA, S. **Pessoas com Deficiência e Direitos humanos:** ótica da diferença e ações afirmativas. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARAFON, G.; PILUSO, R. P. **Deficiência, mulheres e dimensão do cuidado:** compreensão das intersecções em relações jurídico sociais aplicadas. Revista UFRJ. v. 5, n. 1. 2020. Disponível em https://revistas.ufrj.br/index.php/rjur. Acesso em: 20 jun. 2021.

MELLO, A. G. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo:** uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). 2014. 262 f. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/182556/PASO0431-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 jun. 2021.

MELLO, A. G. Mulheres com deficiência no Brasil. In: CONSTANTINO, C.; et al. (Orgs.) **Mulheres com Deficiência:** Garantia de Direitos para Exercício da Cidadania. Coletivo Feminista Helen Keller, pp. 28-35, 2020.

PALACIOS, A. **El modelo social de discapacidad:** orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madrid: Ediciones CINCA, 2008. Disponível em: https://www.cermi.es/sites/default/files/docs/colecciones/Elmodelosocialdediscapacidad.pdf.Acesso em: 22 jun. 2021.

PORTO, R.; DINIZ, D. Entrevista: Débora Diniz. In: GROSSI, M. P.; MINELLA, L. S; PORTO R. (orgs). **Depoimentos:** 30 anos de pesquisas brasileiras sobre violência. Florianópolis. Editora Mulheres, 2006.